



521

CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

CONTRATO Nº 06/2.021.
TP Nº 01/2.021

Contratação de empresa para execução de serviços de reforma, manutenção e conservação das dependências da Câmara Municipal de Mogi Mirim, com fornecimento de materiais, mão de obra, equipamentos e acessórios em geral.

Por este instrumento de contrato, de um lado o **MUNICÍPIO DE MOGI MIRIM**, por meio da **CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM**, Pessoa Jurídica de Direito Público, com sede administrativa nesta cidade de Mogi Mirim, Estado de São Paulo, à Rua Dr. José Alves nº 129, Centro, CEP 18.000-050, inscrita no CNPJ/MF sob nº 49.626.864/0001-02, neste ato representada pela sua Presidente Senhora Sonia Regina Rodrigues, brasileira, funcionária pública estadual, portadora do R.G. nº 23.958.131-3 e inscrito no CPF sob nº 184.357.948-06, residente na Rua Antônio Adorno, nº 171, Residencial do Bosque, na cidade de Mogi Mirim/SP, de ora em diante designada simplesmente **CONTRATANTE**; e, de outro lado a empresa **PH4 CONSTRUÇÕES E ENGENHARIA LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº 31.782.481/0001-68, sediada na cidade de Mogi Mirim-SP, à Avenida Doutor Olímpio Ferreira Brito, nº 215, Jardim Longato, neste ato devida e regularmente representada nos termos da Cláusula Oitava do Contrato Social da empresa, pelo sócio-administrador, sr. **ROGÉRIO ANTONIO ESPERANÇA**, portador do RG nº 21.823.147-7 e inscrito no CPF sob nº 119.285.298-28, residente e domiciliado à Avenida Dr. Olímpio Ferreira Brito, nº 215, Jardim Longatto, na cidade de Mogi Mirim-SP de ora em diante designada simplesmente **CONTRATADA** e, de conformidade com os elementos constantes do processo de Licitação sob modalidade de **Tomada de Preços nº 01/2.021**, e ainda com fulcro nas disposições da Lei nº 8.666/93 e suas posteriores alterações, pela Lei Orgânica do Município de Mogi Mirim e pelo Código de Defesa do Consumidor, na forma legalmente representada, juntamente com as testemunhas presenciais ao final "ad cautelam" nomeadas e assinadas, ficou ajustado e acertado a assinatura do presente termo, mediante as cláusulas e condições abaixo pactuadas, a saber:

1. DO OBJETO

1.1 A **CONTRATADA** na qualidade de vencedora do processo licitatório, objeto da Tomada de Preços nº 01/2.021, obrigou-se a prestação de serviços de reforma, manutenção e conservação das dependências da Câmara Municipal de Mogi Mirim, com fornecimento de materiais, mão de obra, equipamentos e acessórios em geral, conforme modelo de proposta de preços, planilhas, cronogramas, memoriais descritivos e projetos, constantes deste Edital e documentos anexos.

1.2 A **CONTRATADA** deverá disponibilizar um engenheiro responsável técnico, que será o preposto da **CONTRATADA** junto ao **CONTRATANTE**, para dirimir quaisquer dúvidas durante a execução dos serviços.

1.3 O serviço será contratado por empreitada por preço global, fornecendo a **CONTRATADA**: toda mão de obra necessária contados os encargos incidentes, equipamentos, maquinários, combustíveis e lubrificantes, materiais, transportes,



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

acessórios em geral etc., necessários à sua realização e acabamento total.

2. PRAZO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E VIGÊNCIA CONTRATUAL

2.1 A **CONTRATADA** obriga-se a entregar os serviços deste termo de contrato, perfeitos e totalmente concluídos no prazo de até 90 (noventa) dias (prazo de execução), a contar da data inserida na ordem de serviço

2.1.1 O PRAZO DE VIGÊNCIA DO PRESENTE AJUSTE É DE 210 (DUZENTOS E DEZ) DIAS, A CONTAR DO PRIMEIRO DIA ÚTIL SUBSEQUENTE À PUBLICAÇÃO DO RESPECTIVO EXTRATO DE CONTRATO, PRORROGÁVEL A CRITÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO.

2.2 Os serviços terão início mediante expedição de ordem de serviço pelo **CONTRATANTE**.

2.3 Somente após o recolhimento da A.R.T. e do cumprimento das normas de segurança do trabalho conforme as normas previstas neste contrato é que será autorizada a expedição de ordem de serviço pelo **CONTRATANTE**.

2.4 O prazo máximo para início dos trabalhos será de até 05 (cinco) dias corridos, após a emissão de ordem de serviço pelo CONTRATANTE, SENDO QUE A DATA MÁXIMA PARA INÍCIO DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO CONSTARÁ DA ORDEM DE SERVIÇO, QUE SERÁ O MARCO INICIAL PARA CONTAGEM DO PRAZO DE EXECUÇÃO DAS OBRAS.

3. DA ANOTAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA

3.1 Fica sob responsabilidade da **CONTRATADA** a emissão da A.R.T. relativa ao objeto do contrato e o valor total da obra, preenchida com o nome do engenheiro responsável, o qual será o seu preposto devidamente indicado antes da data da assinatura do contrato.

3.2 A **CONTRATADA** fica obrigada a entregar uma cópia da A.R.T. bem como uma cópia do comprovante de recolhimento da mesma no prazo acima mencionado, a qual deverá ser protocolada na secretaria da Câmara Municipal de Mogi Mirim.

3.3 Em caso de repasse dos serviços (subempreitados), desde que autorizados pela **CONTRATANTE**, a **CONTRATADA** deverá vincular a A.R.T. dos serviços subcontratados junto a sua A.R.T. principal.

3.4 É expressamente vedado à **CONTRATADA** subempreitar (subcontratar) os serviços no todo. Eventuais contratações de serviços com terceiros somente serão permitidas na forma da Lei e dentro do limite admitido, em cada caso, com avaliação prévia e anuência do **CONTRATANTE**, ficando, porém, a **CONTRATADA** a exclusiva responsável pelas obrigações contratuais e legais perante a Administração, no âmbito civil, trabalhista, previdenciário, etc.

4. DA CAUÇÃO – GARANTIA DA EXECUÇÃO CONTRATUAL



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

4.1 Para garantia de execução deste contrato a **CONTRATADA** apresentou caução correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total do contrato, na modalidade Carta de Fiança nº 9128-01 junto a CN Bank – Centro Norte, com vigência até 04/01/2022, que será reforçada sempre que necessário.

4.2 A garantia em Títulos da Dívida Pública ou Fiança Bancária não renderá juros ou correção monetária, ressalvados os direitos inerentes aos próprios Títulos depositados.

4.3 No caso de acréscimo no valor contratual, a **CONTRATADA** obriga-se a depositar junto à **CONTRATANTE**, na mesma modalidade, o valor referente à diferença da garantia. Mesma providência deverá ser tomada no caso de prorrogação no prazo contratual para adequar o vencimento da garantia ao disposto no subitem abaixo.

4.4 A garantia depositada nas modalidades de seguro garantia, títulos da dívida pública ou fiança bancária, deverá ter o prazo de vencimento estendido até a data prevista para o recebimento definitivo das obras.

4.4.1 Na hipótese de Fiança Bancária, deverá dela constar expressa renúncia do Benefício de Ordem, nos termos do Código Civil vigente.

4.5 O **CONTRATANTE** poderá descontar do valor da garantia contratual a importância que a qualquer título lhe for devida pela **CONTRATADA** e, não sendo essa suficiente, responderá pela diferença.

4.6 A garantia prestada pela contratada será liberada após o recebimento definitivo dos serviços, mediante solicitação por escrito.

5 DAS MEDIÇÕES DOS SERVIÇOS E DO PAGAMENTO

5.1 As medições deverão ser apresentadas até o 3º (terceiro) dia útil do mês subsequente ao da execução dos serviços. A **CONTRATADA** entregará ao **CONTRATANTE** o respectivo **BOLETIM DE MEDIÇÃO**, em 01 (uma) via protocolada na secretaria da Câmara Municipal de Mogi Mirim, na Sede do **CONTRATANTE**, o qual será encaminhada ao Gestor do contrato.

5.2 As medições não apresentadas no prazo especificado no item anterior serão consideradas de valor zero e somente poderão ser apresentadas no mês subsequente.

5.3 Juntamente com o **BOLETIM DE MEDIÇÃO** deverão ser entregues os seguintes documentos:

a) Cronograma Físico-financeiro atualizado;

b) Relatório fotográfico;

c) Prova de Regularidade perante o INSS (Instituto Nacional de Seguridade Social) e o



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

FGTS (Fundo de Garantia por Tempo de Serviço) em plena validade;

d) Cópia do recolhimento do INSS (Instituto Nacional de Seguridade Social) e FGTS (Fundo de Garantia por Tempo de Serviço) dos funcionários que trabalharam na obra referente ao mês anterior, sendo que esta deverá ser específica por obra.

5.4 Quando solicitado pelo **CONTRATANTE**, a **CONTRATADA** deverá enviar no prazo máximo de 03 (três) dias, os seguintes documentos:

a) Cópia da Folha de Pagamento dos funcionários que trabalharam na obra relativa ao mês anterior, sendo que esta deverá ser específica por obra;

b) Cópia do Cartão Ponto dos mesmos funcionários; e

c) Cópia do Acordo Coletivo ou Convenção Coletiva de Trabalho vigente;

5.5 A recusa ou omissão em entregar a documentação exigida no item 5.3 e 5.4 no prazo estipulado implicará no bloqueio do pagamento que a **CONTRATADA** vier a fazer jus, até que a mesma seja entregue.

5.6 A Câmara Municipal de Mogi Mirim terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis para analisar o respectivo **BOLETIM DE MEDIÇÃO**, considerando os quantitativos e os preços unitários dos serviços efetivamente executados.

5.7 Com base no **BOLETIM DE MEDIÇÃO** e mediante autorização por escrito da Câmara Municipal de Mogi Mirim é que a empresa estará autorizada a emitir a Nota Fiscal/Fatura, que deverá ter a data igual ou posterior à data da autorização.

5.8 A licitante vencedora somente estará autorizada a emitir a fatura no valor da medição aprovada pela fiscalização da Câmara Municipal de Mogi Mirim.

5.9 A licitante vencedora não poderá negociar os títulos provenientes das medições aprovadas pela Câmara Municipal de Mogi Mirim.

5.10 Somente serão medidos e autorizados os faturamentos de serviços executados. Em hipótese alguma o **CONTRATANTE** autorizará como forma de compensação, o faturamento de materiais estocados na obra ou atividades não concluídas.

5.11 A mudança do profissional responsável deverá ser comunicada, com antecedência mínima de 10 (dez) dias corridos.

5.12 A contratada deverá manter no canteiro de obras, o livro "Diário de Obras", para fiscalização do gestor.

6. VALOR DO TERMO CONTRATUAL

6.1. Os contratantes estimam o valor do presente instrumento pela importância global de **R\$ 569.691,49 (Quinhentos e sessenta e nove mil, seiscentos e noventa e um reais e quarenta e nove centavos)**.



525

CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

7. DA TRANSFERÊNCIA DO TERMO CONTRATUAL

71 À **CONTRATADA** é expressamente vedada a transferência, no todo ou parcialmente, dos direitos e obrigações decorrentes deste termo contratual.

8. DAS PENALIDADES

8.1 De conformidade com o art. 86 da lei n. 8.666/93, a contratada, garantida a prévia defesa, ficará sujeita à multa de 1% (um por cento) sobre o valor contratado, por dia de atraso em que, sem justa causa, não cumprir as obrigações assumidas, até o máximo de 05 (cinco) dias úteis, sem prejuízo das demais penalidades previstas na Lei n. 8.666/93.

8.2 Nos termos do art. 87 da Lei n. 8.666/93, pela inexecução total ou parcial deste Contrato, a contratada, garantida a prévia defesa, ficará sujeita às seguintes sanções:

8.2.1 Advertência;

8.2.2 Multa de 10 % (dez por cento) do valor do contratado;

8.2.3 Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública, pelo prazo não superior a 02 (dois) anos;

8.3 Se o valor da multa ou indenização devida não for recolhido, será automaticamente descontado da primeira parcela de preço a que a contratada vier a fazer jus, acrescido de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, ou quando for o caso, cobrado judicialmente.

9. DA RESCISÃO

9.1 O **CONTRATANTE** poderá declarar rescindido o presente instrumento, independentemente de qualquer interpelação judicial e ou extrajudicial, dispensando ainda, o pagamento de qualquer indenização e ou ressarcimento de qualquer natureza, nos seguintes casos:

1º Manifesta impossibilidade de cumprir com as obrigações contratuais;

2º Transferência total ou parcial do contrato a terceiros;

3º Infração de quaisquer das cláusulas pactuadas neste termo contratual.

9.2 Também, poderá o contrato ser rescindido nos termos e condições ora firmados, obedecidas também às disposições constantes dos artigos 77 e 78 da Lei Federal nº 8.666/93, com suas alterações posteriores.

9.3 A inexecução, total ou parcial, do ajustado poderá ensejar a rescisão contratual pelo **CONTRATANTE**, na forma e consequências previstas nos artigos 78 a 80 da Lei Federal nº 8.666/93, sem prejuízo da aplicação das penalidades a que aludem os artigos 86 a 88 do citado diploma legal.



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

9.4 A partir da data em que for concretizada a rescisão, cessarão as obrigações contratuais de ambas as partes, ressalvadas as vencidas até aquela data por imposições constantes da presente avença.

10. DA SEGURANÇA DO TRABALHO

10.1 A **CONTRATADA** é a única responsável para com seus empregados e auxiliares, no que concerne ao cumprimento da legislação trabalhista, previdenciária, fiscal, civil, seguro acidente de trabalho, ou quaisquer outros encargos previstos em lei, em especial no que diz respeito às normas de segurança e saúde no trabalho, sendo que o seu descumprimento poderá ensejar a rescisão contratual com a aplicação de penalidades e sanções legais em face da mesma.

10.2 A **CONTRATADA** fica obrigada a cumprir as normas de segurança e saúde do trabalho, em especial a NR-18 – Condições e Meio Ambiente da Indústria da Construção e NR – 10 – Instalações e Serviços em Eletricidade, devendo os eletricitistas e auxiliares estarem certificados através de curso.

10.3 A **CONTRATADA** é responsável pela aquisição e uso de equipamentos de proteção individual (E.P.I.), equipamentos de proteção coletiva (E.P.C.) e uniformes nos ambientes

de trabalho, inclusive no transporte em relação aos seus empregados na forma e condições determinadas pela legislação pertinente.

10.4 A **CONTRATADA** é responsável pela sinalização da obra, tanto na identificação, quanto à sinalização de segurança.

10.5 A **CONTRATADA** fica obrigada a fornecer a placa de identificação da obra nos padrões estabelecidos pela Câmara Municipal de Mogi Mirim.

10.6 A **CONTRATADA** se responsabiliza de forma única por prejuízos decorrentes de acidentes de trabalho, eventualmente ocorridos com seu pessoal e auxiliares durante a execução dos serviços contratados.

10.7 A **CONTRATADA** é responsável por incidentes ou acidentes decorrentes de seus serviços que venham originar prejuízos a outros e/ou terceiros.

10.8 A **CONTRATADA** no exercício dos seus trabalhos deve informar risco, caso verificado, das condições ambientais nos locais de trabalho, para que seja eliminado e retome o trabalho com segurança.

10.9 O **CONTRATANTE** por meio de seus profissionais responsáveis, realizará inspeções nos locais de trabalho, podendo interditar momentânea ou definitivamente os trabalhos da contratada, caso verifique situações que demonstre grave e iminente risco para os trabalhadores e outros.



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

10.10 Considera-se grave e iminente risco, toda condição ambiental de trabalho que possa causar acidente ou doença profissional com lesão grave à integridade física do trabalhador entre outros.

10.11 As situações não descritas neste regulamento, serão solucionadas a critério da contratante, para tanto, observando-se as normas vigentes.

11. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

11.1 A Câmara Municipal de Mogi Mirim pagará a contratada o preço estabelecido na proposta, o qual inclui todos os custos necessários a perfeita execução do objeto do presente licitatório e ficará condicionado à apresentação da Nota Fiscal Eletrônicas, juntamente com a Certidão de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União e o CRF do FGTS em plena validade.

§ 1º No corpo da nota fiscal número da licitação, o número do contrato ou o número da nota de empenho, Anotação de "Obra por Empreitada Global", o número da conta, banco e agência para que seja efetuada a ordem de pagamento ou ainda ficha de compensação (boleto do banco) anexo.

§ 2º Nenhum pagamento será efetuado à contratada, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, a qual poderá ser compensada com o pagamento pendente, sem que isso gere direito a acréscimos de qualquer natureza.

§ 3º As notas fiscais/faturas que forem apresentadas em desconformidade ao descrito acima e com erro, serão devolvidas à contratada para retificação e nova apresentação.

11.2 O pagamento será efetuado em até 15 (quinze) dias após a emissão e aceite da respectiva Nota Fiscal, condicionado a apresentação da Certidão de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União e CRF do FGTS estarem em plena validade e ao crédito do repasse federal na conta do município.

11.3 A licitante vencedora não poderá negociar os títulos provenientes de contratações junto a Câmara Municipal de Mogi Mirim.

12. DOS ENCARGOS DA CONTRATADA

12.1 A **CONTRATADA** assume integral responsabilidade pelos danos que causar ao **CONTRATANTE**, ou a terceiros, por si ou por seus sucessores e ou prepostos, na execução do objeto da presente licitação, isentando o **CONTRATANTE** de qualquer reclamação que possa surgir em decorrência da execução dos serviços, inclusive quanto às de natureza indenizatória, trabalhista, previdenciária, fiscal e civil e de quaisquer outros, que sempre e necessariamente correrão por conta e risco da **CONTRATADA**.



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

13. DO RECEBIMENTO PROVISÓRIO E DEFINITIVO

13.1 Concluído o serviço desta Tomada de Preços procederá a Câmara Municipal de Mogi Mirim, dentro de até 15 (quinze) dias seguintes ao da entrega da comunicação por escrito e nesse sentido lhe disser a **CONTRATADA**, ao seu exame minucioso e à sua medição final a fim de **recebê-la provisoriamente**, ficando a contratada obrigada, durante o prazo de observação de 60 (sessenta) seguintes, a fazer, às suas custas, os reparos e substituições indicadas pela Contratante, em consequência de erro na elaboração e/ou execução dos serviços, findo os quais, a Câmara procederá dentro de até 15 (quinze) dias seguintes, nova e minuciosa vistoria, sendo que só no caso de constatar estar tudo regular e em ordem, é que emitirá o **Termo de Recebimento Definitivo do Serviço**

14 CONDIÇÕES GERAIS

14.1 Fica fazendo parte integrante e inseparável do presente termo contratual, não só o Edital e seus documentos anexos, todos referentes à Tomada de Preços nº 01/2.021, como também a proposta de preços e demais documentos apresentados pela **CONTRATADA**, para os fins aqui contidos.

15 DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

15.1 O presente termo contratual restará onerado por meio das dotações orçamentárias: 02.01.01.01.0310001.2001.3.3.90.39.00-Outros Serviços de Terceiros-Pessoa Jurídica-Ficha 10; 02.01.02.01.0310003.2104.3.3.90.39.00-Outros Serviços de Terceiros- Pessoa Jurídica- Ficha 22.

16 DO REAJUSTE

16.1 Os preços serão irrevogáveis. De acordo com o § 1º do Art. 28 da Lei Federal nº 9.069, de 29 de junho de 1.995, assim como, com o *caput* e § 1º, ambos do Art. 2º da Lei Federal nº 10.192 de 14 de fevereiro de 2.001, somente serão reajustados os contratos com prazo superior a 12 (doze) meses.

16.2 Só se admitirá reajuste monetário se o prazo de execução do objeto sofrer prorrogação, observados os termos desta Tomada de Preços e da Lei de Licitações e Contratos, de modo que o contrato venha a atingir vigência superior a 12 (doze) meses, salvo se a prorrogação ocorrer por culpa exclusiva da Contratada, hipótese em que não haverá reajuste.

16.3 Para concessão de reajuste monetário serão observados: i) periodicidade de 12 (doze) meses, a contar da data da apresentação da proposta, nos termos da legislação de regência, e ii) o índice Geral de Edificações – FIPE, divulgado pela Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo ou outro que o venha substituir.



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

17 DO CONTROLE DA EXECUÇÃO DO CONTRATO

17.1 O controle será executado por agente Fiscal do Contrato ou substituto legal, **devidamente designados em Portaria**, ao(s) qual(is) caberá o acompanhamento dos serviços a serem executados, comunicando à **CONTRATADA** os fatos eventualmente ocorridos para pronta regularização no prazo pactuado.

17.2 O Fiscal do Contrato comunicará à Administração da **CONTRATANTE** as irregularidades detectadas, de acordo com o grau de repercussão no contrato, bem como informará os casos de afastamento em virtude de férias, licenças ou outros motivos, para que o substituto possa assumir a gestão do contrato, evitando prejuízos, interrupções, suspensão das atividades de fiscalização.

18 DO FORO

18.1 Para dirimir as questões oriundas deste termo contratual e que não forem resolvidas administrativamente, será competente o foro da Comarca de Mogi Mirim (SP), com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

19 DAS COMUNICAÇÕES, DO GESTOR E FISCAL DO CONTRATO

19.1 As comunicações e documentos recíprocas somente serão consideradas quando efetuadas por escrito, por meio de correspondências ou documento de transmissão, mencionando-se o número e o assunto relativos ao presente Contrato, devendo ser protocoladas e entregues por meio de protocolo aos destinatários abaixo:

CONTRATANTE:

CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM
A/C: Sonia Regina Rodrigues
Rua Dr. José Alves, nº 129 - Centro
Mogi Mirim-SP - CEP 13.800-005

CONTRATADA:

PH4 CONSTRUÇÕES E ENGENHARIA LTDA
Rogério Antônio Esperança
Av. Dr. Olímpio Ferreira Brito, nº 215, Jd. Longatto
Mogi Mirim- SP-CEP: 13.806-070

Parágrafo Único - Fica definido neste instrumento que o sr. **Edson Pereira Goulart Filho**, será o **GESTOR** do contrato, ficando a seu encargo o gerenciamento das comunicações, pedidos, verificação de prazo de entrega e vigência do contrato, tramitação de notas fiscais junto ao Departamento Financeiro, bem como outros atos que se referem a este, e a sra. **Juliana Rissetti Delbim Dovigo** será a **FISCAL** do



530

CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Contrato, realizando a atividade de controle e inspeção do objeto contratado, com a finalidade de examinar ou verificar se sua execução obedece às especificações, do projeto, aos prazos estabelecidos e demais obrigações do contrato.

E assim por haverem acordado, declaram ambas as partes aceitas todas as disposições estabelecidas nas cláusulas deste Contrato, bem como, a observá-lo fielmente, firmando-o em 03 (três) vias de igual teor, para um só efeito, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Mogi Mirim, 07 de outubro de 2021.

SONIA REGINA RODRIGUES

Vereadora Presidente da Câmara Municipal de Mogi Mirim/SP

PH4 CONSTRUÇÕES E ENGENHARIA LTDA
Rogério Antonio Esperança
Empresa contratada

TESTEMUNHAS:

1

Daiana Michele Gattei
CPF: 223.263.698-40

2

Mário Sérgio Lopes Fontana
CPF: 068.793.758-20

GESTOR:

Edson Pereira Goulart Filho
CPF: 325.160.338-85

FISCAL:

Juliana Rissetti Delbim Dovigo
CPF: 178.922.778-03

De acordo:

Fernando Márcio das Dores
Procurador Jurídico da Câmara
Municipal de Mogi Mirim/SP